

Governo concede às escolas aumento superior a 55%

Brasília — O governo anunciou ontem os índices para reajuste das semestralidades escolares: a partir de hoje, os estabelecimentos de ensino particulares de 1º e 2º Graus estão autorizados a cobrar até 35% a mais na primeira semestralidade de 1987 e também poderão, caso consigam a aprovação das associações de pais e mestres, obter aumentos adicionais de no máximo 15%, como antecipação a ser descontada posteriormente. Os índices serão aplicados cumulativamente, o que resulta em um aumento de até 55,25%. Aos empresários que ficarem insatisfeitos, resta ainda um recurso: eles poderão recorrer aos conselhos estaduais de Educação para tentar obter reajustes maiores.

O reajuste foi autorizado por portaria assinada pelo ministro da Educação, Jorge Bornhausen. Ele disse que chegou aos novos índices — bem mais baixos do que os esperados pelos donos das escolas — após uma série de conversas com os ministros do Planejamento, João Sayad, e da Fazenda, Dílson Funaro. E adiantou que a responsabilidade

por novos reajustes será exclusivamente dos governos estaduais a partir do segundo semestre.

Cálculo

Os 35% autorizados pelo governo serão calculados sobre a segunda semestralidade de 1986. O total pago nesses meses deve ser multiplicado por 1,35 e depois dividido por quatro, para que se chegue ao valor de cada parcela a ser paga este semestre. Muitos donos de escolas queriam dividir as novas taxas em apenas duas prestações.

Caso as associações de pais e mestres sintam um reajuste adicional de até 15%, este será calculado sobre o valor já aumentado em 35%. Isto é, o aumento máximo permitido pelo governo é de 55,25% que correspondem à aplicação de um índice sobre o outro.

O adicional de 15% será descontado de qualquer outro que venha a ser concedido no próximo semestre. Por enquanto, o governo avisa que qualquer taxa já cobrada pelas escolas para o período que se inicia em março deverá ser subtraída do cálculo

final das novas semestralidades.

— Nós acreditamos que os novos índices resolverão os problemas de mais de 90% das escolas do país — diz Luís Bandeira, secretário-geral adjunto do Ministério da Educação e seu representante na comissão interministerial que tomou a decisão. “Quanto às outras escolas, nem um aumento de 200% seria suficiente”, disse ele.

Mesmo assim, o governo optou por deixar uma opção aos empresários insatisfeitos com os reajustes. Desde que obtenham o respaldo dos pais de alunos e dos professores, eles poderão recorrer aos conselhos estaduais de Educação, solicitando um aumento maior. A razão para isso é que até hoje muitas escolas alegam que suas tarifas foram congeladas quando estavam para ser reajustadas. Por isso, estariam defasadas demais para ter uma correção limitada a 55,25%.

Descentralização

“Quem se sente falido por recorrer”, avisa Bandeira, “mas o governo certamente não conce-

derá um grande aumento a quem não precisar de verdade”. Os conselhos estaduais de educação é que vão avaliar se os reajustes adicionais devem ou não ser concedidos. Mas agora, segundo o secretário-geral do Ministério da Educação, Aloísio Sotero, não haverá mais predominância dos empresários da educação nas comissões que decidem os índices.

Terão o mesmo peso que a voz do dono da escola as opiniões dos representantes dos professores, dos estudantes, dos pais de alunos, do Ministério e da Secretaria Estadual de Educação e da Sunab. “A regulamentação das novas comissões sai antes da discussão dos reajustes”, garante Sotero. O ministro Bornhausen se diz um entusiasta da descentralização, que começa com a discussão dos índices com pais e professores, passa pela concessão de poder aos estados e culmina com a criação de comissões pluralistas. “O governo tem que deixar de ser um instrumento regulador de tudo, e a sociedade tem que participar mais ativamente”, diz o ministro.